



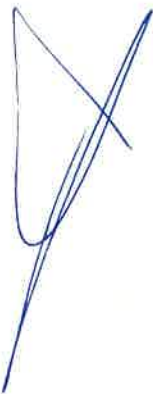
CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA



CONSEJO GENERAL
DEL PODER JUDICIAL

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO PARA A COOPERAÇÃO ENTRE O
CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA DE PORTUGAL E O
CONSEJO GENERAL DEL PODER JUDICIAL DO REINO DE ESPANHA

Em Madrid, aos vinte dias de outubro de dois mil e dezasseis.



Por um lado, o Conselho Superior da Magistratura de Portugal, representado pelo Exmo. Sr. Juiz Conselheiro António Silva Henriques Gaspar, Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e do Conselho Superior da Magistratura de Portugal, em cumprimento de deliberação tomada em sessão plenária do Conselho Superior da Magistratura de 27 de setembro de 2016.

E por outro, o Consejo General del Poder Judicial do Reino de Espanha, representado pelo Exmo. Sr. Dr. Carlos Lesmes Serrano, Presidente do Tribunal Supremo e do Consejo General del Poder Judicial do Reino de Espanha, segundo acordo nº 2 do Pleno do Consejo General del Poder Judicial de 9 de dezembro de 2013, e o Real decreto 979/2013, de 10 de dezembro (BOE de 11 de dezembro de 2013).

Ambos os signatários comparecem em nome das instituições que respectivamente representam e de modo recíproco reconhecem-se com capacidade para formalizar o presente Memorando de entendimento.



CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA



CONSEJO GENERAL
DEL PODER JUDICIAL

Considerando que o Protocolo entre o Conselho Superior da Magistratura de Portugal e o Consejo General del Poder Judicial de Espanha foi assinado em Madrid, em 7 de outubro de 1993 e que a participação de Portugal e Espanha na União Europeia permite a cooperação de ambos os conselhos em acções a desenvolver nesse âmbito;

Considerando o papel relevante que ambos os países desejam ter no âmbito da cooperação judiciária internacional;

Considerando a experiência adquirida ao longo de 22 anos de colaboração e a vontade firme de estreitar os laços existentes;

O Conselho Superior da Magistratura e o Consejo General del Poder Judicial, alteram o Protocolo de 1993, ficando estabelecida a sua colaboração nos seguintes termos:

COMPROMISSOS

PRIMEIRO: Pelo presente Memorando de entendimento os signatários estabelecem um Acordo Quadro geral de colaboração para regular as atividades que se venham a realizar no âmbito próprio das suas competências.

SEGUNDO: Com carácter anual, os signatários estabelecerão um plano de atuação com os programas, projetos e atividades que julguem convenientes. A dita programação estabelecer-se-á em reunião, que, para tal efeito, representantes de ambas as instituições, manterão no segundo trimestre de cada ano, consistindo fundamentalmente, as ditas actividades na celebração de seminários para o estudo de temas de interesse comum, bem como na organização de ações dirigidas a incrementar a colaboração com países pertencentes à mesma área cultural, jurídica e geográfica especialmente os países de



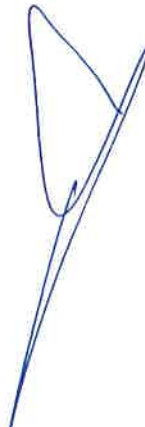
CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA



CONSEJO GENERAL
DEL PODER JUDICIAL

expressão oficial Portuguesa e Espanhola e os da Comunidade Europeia.

TERCEIRO: No plano de atuação determinar-se-á, em cada caso, os meios pessoais e materiais necessários assim como os compromissos que assume cada um dos signatários. O plano de atuação não poderá acarretar obrigações de carácter jurídico.



QUARTO: Cada signatário compromete-se a informar o outro dos programas e atividades de formação judicial que pretenda levar a efeito para que Juízes e Magistrados dos respectivos países possam participar segundo a forma que vier a ser estabelecida. Também se comprometem a considerar a outra parte como parceiro privilegiado para a realização de quaisquer iniciativas internacionais de formação que pretendam realizar conjuntamente.

QUINTO: Ambas os signatários estabelecem o compromisso de remeter as publicações que produzam, principalmente em formato eletrónico, para que Juízes e Magistrados de ambos os países tenham a possibilidade de ter acesso às mesmas.

SEXTO: O financiamento dos programas e actividades que se levarem a efeito na execução do presente Memorando realizar-se-á pela forma acordada pelos signatários em cada caso, recorrendo sempre que possível ao financiamento a fundo perdido dos programas relativos à Justiça da União Europeia ou de outras organizações internacionais a que ambos pertençam, competindo a cada uma delas a aprovação prévia do respectivo cabimento financeiro. Cada signatário, na parcela que couber a cada um deles, será responsável preferentemente pelos



CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA



CONSEJO GENERAL
DEL PODER JUDICIAL

12/0

encargos a que dê lugar a participação proposta respectivamente e de forma igualitária, em actividades que consistam em investigações, publicações e estudos. Os encargos em que se possa incorrer na assinatura do presente documento estarão condicionados à existência de disponibilidade orçamental anual ordinária, conforme a legislação vigente.

SÉTIMO: Para a coordenação das actividades previstas no presente Memorando de entendimento, os signatários acordam criar uma Comissão Mista composta por dois membros do Conselho Superior da Magistratura e dois membros do Consejo General del Poder Judicial.

As funções da referida Comissão Mista serão:

- a) Propor a programação anual a ser aprovada na reunião a que se faz referência na cláusula segunda;
- b) Levar por diante e apreciar a execução das actividades conjuntas;
- c) Proceder à preparação e apresentação dos projetos financiados externamente, desenvolvendo as diligências necessárias para a sua aprovação e financiamento pelos organismos internacionais;
- d) Levar a efeito as actividades que lhe forem incumbidas pelos membros de ambas as instituições na reunião anual.

OITAVO: Para a execução do previsto no presente Memorando de entendimento, os signatários poderão realizar programas e actividades conjuntamente com entidades públicas de Estados terceiros e de organismos internacionais a que pertençam e poderão solicitar a colaboração de outros organismos, entidades



CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA



CONSEJO GENERAL
DEL PODER JUDICIAL

ou instituições públicas ou privadas, relacionadas com as actividades programadas e cuja colaboração se revista de interesse.

NONO: Os signatários poderão acordar na publicação e divulgação, pela forma que entendam mais conveniente, dos resultados das actividades desenvolvidas no âmbito do presente Memorando de entendimento.

DÉCIMO: O presente Memorando de entendimento entrará em vigor a partir da data da sua assinatura e terá duração de um ano, prorrogável por sucessivos períodos de um ano. A prorrogação do Memorando de entendimento deverá acordar-se expressamente antes que expire o prazo de vigência proposto. Em qualquer caso terão de ser terminadas as actividades que estejam em curso concertadas pelo Memorando de entendimento no âmbito dos seus planos de actuação. Em todo o caso, o presente Memorando de entendimento não é fonte de obrigações internacionais nem está submetido ao Direito Internacional.

Assinado em dois exemplares originais em língua portuguesa e espanhola, sendo igualmente autênticos.

**PELO CONSELHO SUPERIOR DA
MAGISTRATURA DE PORTUGAL**

**PELO CONSEJO GENERAL DEL
PODER JUDICIAL DO REINO DE
ESPAÑA**

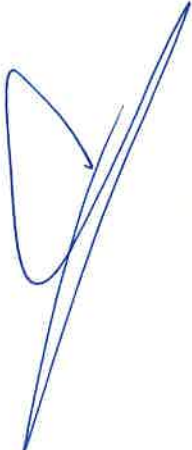
**DR. ANTÓNIO SILVA HENRIQUES
GASPAR**

DR. CARLOS LESMES SERRANO



MEMORANDUM DE ENTENDIMIENTO
PARA LA COOPERACION ENTRE
EL CONSEJO GENERAL DEL PODER JUDICIAL DEL REINO DE ESPAÑA
Y EL CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA DE PORTUGAL

En Madrid, a 20 de octubre de dos mil dieciséis.



Por un lado, el Consejo General del Poder Judicial del Reino de España, representado por el Excmo. Sr. Dr. Carlos Lesmes Serrano, Presidente del Tribunal Supremo y del Consejo General del Poder Judicial del Reino de España, según acuerdo nº 2 del Pleno del Consejo General del Poder Judicial de 9 de diciembre de 2013, y el Real decreto 979/2013, de 10 de diciembre (BOE de 11 de diciembre de 2013).

Y por otro, el Presidente del Conselho Superior da Magistratura de Portugal, representado por el Presidente del Conselho Superior da Magistratura de Portugal, António Silva Henriques Gaspar, según nombramiento en sesión plenaria de 27 de septiembre de 2016.

Ambos signatarios comparecen en nombre de las instituciones a las que respectivamente representan y de modo recíproco se reconocen capacidad para formalizar el presente Memorandum de entendimiento.

Considerando que el protocolo establecido entre el Consejo del Poder Judicial de España y el Conselho Superior da Magistratura de Portugal fue firmado en Madrid, el 7 de octubre de 1993, y que la participación de España y Portugal en la Unión Europea permite la cooperación de ambos consejos en acciones a desarrollar en ese marco;

Considerando el papel relevante que ambos países desean tener en el marco de la cooperación judicial internacional;

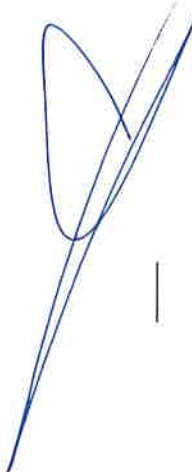
Considerando la experiencia adquirida a lo largo de 22 años de colaboración y la voluntad firme de estrechar los lazos existentes;



El Consejo General del Poder Judicial y el Conselho Superior da Magistratura, modifican el protocolo de 1993, quedando fijada su colaboración en los siguientes términos:

COMPROMISOS

PRIMERO: Por el presente Memorándum de entendimiento los signatarios establecen un Acuerdo Marco general de colaboración para regular cuantas actividades realicen en el ámbito propio de sus competencias.




SEGUNDO: Con carácter anual, los signatarios establecerán un plan de actuación con los programas, proyectos y actividades que crean convenientes. La mencionada programación se establecerá en reunión, que, a tal efecto, representantes de ambas instituciones mantendrán en el segundo trimestre de cada año, y cuyas actividades consistirán fundamentalmente en la celebración de seminarios para el estudio de temas de interés común, así como en organización de acciones dirigidas a incrementar la colaboración con países pertenecientes a la misma zona cultural, jurídica y geográfica, especialmente los países de lengua oficial española y portuguesa y los de la Comunidad Europea.

TERCERO: En el plan de actuación se determinará, en su caso, los medios personales y materiales necesarios así como los compromisos que asume cada uno de los signatarios. El plan de actuación no podrá conllevar obligaciones de carácter jurídico.

CUARTO: Cada signatario se compromete a informar al otro de los programas y actividades de formación judicial que pretendan llevar a cabo para que jueces y magistrados de los respectivos países puedan participar según la forma que se establezca. También se comprometen a considerar a la otra parte como socio privilegiado para la realización de iniciativas internacionales de formación que pretendan realizar conjuntamente.

QUINTO: Ambos signatarios establecen el compromiso de enviar las publicaciones que produzcan, principalmente en formato electrónico, para que los jueces y magistrados de ambos países tengan la posibilidad de tener acceso a las mismas.

SEXTO: La financiación de los programas y actividades que se lleven a cabo en la ejecución del presente Memorándum de entendimiento se realizará



mediante la forma acordada por los signatarios en cada caso, haciendo uso siempre que sea posible de la financiación a fondo perdido de los programas relativos a la justicia de la Unión Europea o de otras organizaciones internacionales a las que ambos pertenezcan, que tendrán competencias en la aprobación previa de la respectiva pertinencia financiera. Cada signatario, en el tramo que corresponda a cada uno de ellos, será responsable preferentemente de los gastos que ocasione la participación propuesta respectivamente y de forma igualitaria, en actividades que consistan en investigaciones, publicaciones y estudios. Los gastos en los que pudiera incurrirse en la firma del presente documento estarán condicionados a la existencia de disponibilidad presupuestaria anual ordinaria, conforme a la legislación vigente.

SÉPTIMO: Para la coordinación de las actividades previstas en el presente Memorándum de entendimiento, los signatarios acuerdan crear una Comisión Mixta compuesta por dos Miembros del Consejo General del Poder Judicial y dos miembros del Conselho Superior da Magistratura.

Las funciones de dicha Comisión Mixta serán:

- a) Proponer la programación anual que deba ser aprobada en la reunión a que se hace referencia en la cláusula segunda.
- b) Llevar a cabo el seguimiento y evaluación de la ejecución de las actividades conjuntas.
- c) Proceder a la preparación y presentación de los proyectos financiados externamente, realizando las diligencias pertinentes para su aprobación y financiación por parte de los organismos internacionales.
- d) Llevar a cabo las actividades encargadas por los miembros de ambas instituciones en la reunión anual.

OCTAVO: Para la ejecución de lo previsto en el presente Memorándum de entendimiento, los signatarios podrán realizar programas y actividades junto con entidades públicas de terceros Estados y de organismos internacionales a los que pertenezcan, y podrán solicitar la colaboración de otros organismos, entidades o instituciones públicas o privadas, relacionadas con las actividades programadas y cuya colaboración revista interés.

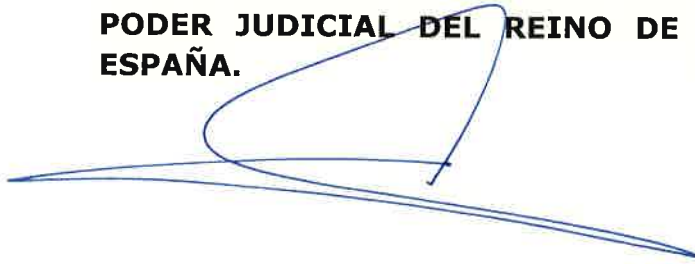
NOVENO: Los signatarios podrán acordar la publicación y difusión, en la forma que crean más conveniente, de los resultados de las actividades desarrolladas en el marco del presente Memorándum de entendimiento.

DÉCIMO: El presente Memorándum de entendimiento comenzará a aplicarse a partir de la fecha de su firma y tendrá una aplicación de un año, pudiendo extenderse en el tiempo por sucesivos períodos de un año. La prórroga del Memorándum de entendimiento deberá acordarse expresamente antes de que expire el plazo de vigencia previsto. En cualquier caso, tendrán que finalizarse las actividades que estén en ejecución concertadas por el Memorándum de entendimiento en el marco de sus planes de actuación. En todo caso, el presente Memorándum de entendimiento no es fuente de obligaciones internacionales ni está sometido al Derecho Internacional.

Firmado en dos ejemplares originales en idioma español y portugués, siendo todos ellos igualmente auténticos.

**POR EL CONSEJO GENERAL DEL
PODER JUDICIAL DEL REINO DE
ESPAÑA.**

**POR EL CONSEJO SUPERIOR DE
LA MAGISTRATURA DE LA
REPÚBLICA DE PORTUGAL**



DR. CARLOS LESMES SERRANO



**DR. ANTÓNIO HENRIQUES SILVA
GASPAR**